

EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NA PRÁTICA DOCENTE FRENTE À TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Inaldete de Araújo Meira Leite¹, UEPB, <inaldetemeira@hotmail.com>; Celâny Teixeira de Melo², UEPB, <sol_lanny@hotmail.com>; Edjane Travassos³, UEPB, <edjanetravassos9@gmail.com>; Josilene Rodrigues Fernandes⁴, UEPB, <josilene_lenna@hotmail.com>; Margareth Maria de Melo⁵, UEPB, <margarethmmelo@yahoo.com.br>

Resumo:

Este artigo é um relato da experiência de intervenção junto a turmas do 4º e 5º ano por alunas do grupo de pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial, do curso de Pedagogia da UEPB, coordenado pela professora Margareth Maria de Melo. Esta atividade faz parte do projeto de iniciação científica (PIBIC/CNPq), cota 2015-2016, intitulado: "A prática Docente e a História do Povo Negro", que teve início com o estudo sobre a temática africana e afro-brasileira, bem como, o ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo do artigo é destacar as várias fases vivenciadas, em especial, a intervenção através de oficinas temáticas. A metodologia de pesquisa qualitativa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2008), desafiou para um mergulho na realidade das três escolas públicas escolhidas e exigiu uma revisão bibliográfica com leituras e discussões dos textos no grupo de pesquisa permitindo um novo aprendizado e condições para enfrentar o momento seguinte de pesquisa de campo, com a realização de oficinas para professoras e alunos. Neste texto tivemos o aporte teórico e metodológico dos seguintes autores: Alves (2008), Oliveira (2012), Albuquerque e Fraga Filho (2006), dentre outros. Os documentos que trabalhamos foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Pluralidade Cultural (BRASIL, 2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Diante da vivência do cotidiano do ensino da temática africana e afro-brasileira tivemos a possibilidade de superar medos e preconceitos acerca da sala de aula, nos proporcionando assim, uma visão realista e prática sobre o ensino. Constatamos a necessidade de formação continuada para as professoras e a responsabilidade da universidade de fazê-lo, visto que não basta identificar a lacuna através da pesquisa é preciso contribuir com a melhoria da escola pública. Por fim, esperamos que esta experiência contribuísse para a identificação do racismo presente nos cotidianos escolares. Como também, para a discussão da temática numa perspectiva de integração pesquisa, extensão e ensino com a questão afro-brasileira permitindo que professoras, alunos/as e pesquisadoras se sentissem sujeitos da história, colaborando com a formação de professoras sensíveis ao racismo presente nas redes de relações dos cotidianos escolares.

¹ Autora, graduanda em Pedagogia voluntária do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2015 – 2016.

² Co-autora, graduanda em Pedagogia voluntária do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2015 - 2016.

³ Co-autora, graduanda em Pedagogia voluntária do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2015 - 2016.

⁴ Co-autora, graduanda em Pedagogia voluntária do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2015 - 2016.

⁵ Orientadora, Professora do Curso de Pedagogia.



Palavras-chave: Prática docente; Ensino da temática africana e afro-brasileira; Formação docente.

Introdução

Por muito tempo o ensino de história esteve voltado para as datas comemorativas e resgatando fatos dos grandes heróis (nesse caso, os europeus). Nesta perspectiva, o professor era visto como um difusor de ideias incontestadas, um profissional ativo, que não apenas transmitia conhecimentos aos seus alunos, como também tinha uma grande preocupação com a prática desenvolvida, enfocando a contribuição da mesma para o avanço e progresso da aprendizagem dos discentes.

Diante das constantes mudanças ocorridas na sociedade atual, faz-se necessário que o professor tenha um olhar aguçado em torno do processo ensino aprendizagem. Atualmente, o ensino de história das series iniciais do ensino fundamental passa por grandes transformações que faz necessário que o educador tenha um olhar aguçado em torno do processo ensino aprendizagem. O ensino de história das series iniciais do ensino fundamental deve considerar a história de vida dos alunos, uma vez que somos seres históricos em constantes mudanças.

Sendo assim, o ensino de História deve admitir que os educando se reconheçam como parte e construtores de sua própria história de vida. Neste processo de construção do conhecimento e de sua identidade, enquanto sujeito, o educador é um mediador, desse modo, é possível desconstruir os velhos paradigmas de que História é uma ciência decorativa. Conforme afirma ZAMBONI (2001, p.10),

O mais importante é que o professor se acostume a problematizar o conteúdo, porque cria condições para um aluno pensar sobre ele, argumentar e fundamentar suas opiniões. A problematização sempre exige que o aluno pesquise, levante hipóteses, classifique-as e passe a um processo de comprovação ou rejeição com argumentos da hipótese escolhida.

É importante, que os educadores tenham essa consciência em fazer com que suas aulas sejam prazerosas, no sentido de problematizar, questionar, criar condições favoráveis para que também, assim como português e matemática, as aulas de história passem a ter visibilidade, estimuladoras aos educando. Nesse sentido, é preciso que o profissional da educação reflita criticamente sobre sua prática pedagógica, no sentido de revê-las ou até mesmo superá-las, bem

como, buscar métodos de ensino coerentes com as necessidades educacionais, emocionais e afetivas do aluno.

Portanto, entendemos que, o educador que não acompanha o movimento de modernização pelo qual a criança vem se deparando cotidianamente, tende a permanecer reproduzindo velhas práticas que não mais satisfazem ao momento histórico do aluno-sujeito, nesse sentido, ensinar história é possibilitar que a criança resgate seu passado, sua história de vida e se torne o sujeito de sua própria história. A seguir, aprofundaremos essa discussão.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Atualmente, o ensino de história nas séries iniciais do Ensino Fundamental tem passado por grandes mudanças positivas. Buscando condições para que o aluno desenvolva sua criticidade e desperte seu senso crítico. Nesta perspectiva, o ensino de História deve envolver as crianças buscando a sua valorização de sua própria história, conforme nos mostra os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998, S/P),

Um dos objetivos mais relevantes quanto ao ensino de História relaciona-se à questão da identidade. É de grande importância que os estudos de História estejam constantemente pautados na construção da noção de identidade, através do estabelecimento de relações entre identidades individuais, sociais. O ensino de História deve permitir que os alunos se compreendam a partir de suas próprias representações, da época em que vivem inseridos num grupo, e, ao mesmo tempo resgatem a diversidade e pratiquem uma análise crítica de uma memória que é transmitida.

Conforme mostra o PCN, o ensino de história deve estar pautado entre o conhecimento e o aluno, tendo como mediador o professor, visando uma compreensão mais abrangente do que é ser e estar no mundo.

Logo, o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira deve ser entendido como fundamental e essencial para a formação do sujeito. Pois identificamos no ambiente escolar prática de racismo, de preconceito, da visão que as pessoas têm sobre o negro, e que para serem superadas é necessário entender que,

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao



sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezando em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (BRASIL, 2004, p.12).

Sendo assim, percebemos a importância da valorização de todos, sem menosprezar ninguém, seja por cor de pele, ou status social, etc. acabar com a visão negativa em relação ao negro, não os tornando melhores ou piores que os outros, mas entendendo que todos são iguais tanto nos direitos quanto nos deveres.

PRÁTICA DOCENTE E O ENSINO DA TEMÁTICA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

A Lei 10.639/03 foi construída a partir de reivindicações dos grupos negros e de militantes das questões étnico-raciais, estabelecendo uma verdadeira conquista política. A Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornando obrigatório o ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira no sistema oficial de ensino BRASIL (2003) e, em 2004, são definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que orientam para a implementação da lei.

Compreendendo que é fundamental o estudo da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do nosso país, em virtude disso, gestores e professores precisam se adaptar a essa realidade, visando minimizar a questão da discriminação presente em nosso cotidiano.

A tão sonhada lei precisa ser respeitada, valorizada e finalmente implantada, no sentido de reduzir vários danos causados, tais como: a forma como eles foram arrancados de seu berço natal na condição de serem escravos em nosso país, em decorrência da má qualidade do trajeto, muitos Africanos foram mortos sem ao menos chegar ao Brasil.

Com isso, almejamos que a implantação da mesma nos currículos escolares seja o reconhecimento a esses povos que trouxeram sua cultura, seu modo de ser, para nossa sociedade, porém, a transposição da mesma para a prática pedagógica é um desafio para muitos educadores que durante sua graduação não tiveram o aporte teórico metodológico para que hoje eles pudessem trabalhar essa questão em sala de aula. De acordo com Oliveira (2012, p.33),

Compreender que estamos tratando aqui de uma nova política pública no campo da educação, e que tem como característica a inovação, a disputa política contra-hegemonica, a



desconstrução de conceitos e noções fortemente arraigados – inclusive no campo educacional – e, por conta disso, a proposição de nossos parâmetros interpretativos àqueles já consolidados nos estudos históricos e na educação.

O comprometimento com a inovação no ensino de história, faz com que tenhamos expectativa em relação aos nossos futuros educando, visando tão somente à realização de novas práticas pedagógicas, no sentido de estabelecer um olhar crítico e construtivo em torno do processo ensino-aprendizagem. Por isso devemos considerar o estudo de história a partir da ótica da história, dando sentido aos fatos sem menosprezar o seu real sentido na história, tanto para os que são dominadores como dominados. Isto é, uma visão inclusiva, para que assim possamos ajudar a construir um mundo melhor e mais justo, pois acreditamos que, tanto a educação, quanto a história precisam caminhar juntos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na realização do nosso trabalho foi a dos/nos/com os cotidianos proposta por Alves (2008), a qual propõe um mergulho no cotidiano a ser explorado com os cinco sentidos: visão, audição, olfato, paladar e tato. Mas antes de irmos a campo fizemos o estudo e discussão de documentos e textos de alguns autores que tratam sobre a temática africana e afro-brasileira.

Iniciamos com Alves (2008) e Ferraço (2008), que tratam da questão da pesquisa nos/dos/com os cotidianos, visto que, essa era nossa proposta metodológica, Zucchi (2012), discorre sobre o processo de desenvolvimento do ensino de história, Borges e Mendes (2004), ambos abordam sobre o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como nossa pesquisa era voltado para o ensino de história foi de grande esclarecimento essa discussão. Depois estudamos Albuquerque e Fraga Filho (2006) que abordam sobre a questão do Trabalho escravo e Resistência Negra. Dentre os documentos, trabalhamos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Pluralidade Cultural (BRASIL, 2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004), estes abordam sobre o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a temática africana e afro-brasileira.

Tendo ciência do tema nos dirigimos às escolas nas quais desenvolvemos nossa pesquisa. Diante das limitações observadas no tratamento da temática em sala de aula, vimos a necessidade de realizarmos oficinas tanto com alunos, quanto com as professoras das turmas de 4º e 5º anos.

Sendo assim, o grupo se mobilizou para a elaboração das sequências didáticas e de todo material visual que foram utilizadas nas oficinas com os alunos, a formação com as professoras ficou a cargo da orientadora do grupo de pesquisa. A primeira oficina tratou sobre as noções de: diversidade, preconceito, discriminação e racismo, seus objetivos foram: Conceituar os temas junto aos alunos/as da escola, a partir dos seus conhecimentos prévios; elaborar um conhecimento acerca de cada temática proposta, proporcionado assim um diálogo que germinaria na leitura do mundo que nos cerca, ou seja, desvendando as igualdades e diferenças que permeiam nossa sociedade.

De acordo com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a diversidade cultural é o conjunto que aborda traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que irão caracterizar uma sociedade ou grupo social, marcando assim, o modo de vida, seus sistemas de valores e crenças. Nesse sentido, trabalhar esse conceito é uma forma de identificar nas atitudes do cotidiano a necessidade do respeito ao outro e a valorização das identidades étnico-raciais.

No primeiro momento da sequência, foi feito um levantamento acerca do conhecimento prévio dos alunos sobre os quatro conceitos, em seguida solicitamos que fizessem o registro de suas concepções e que as socializassem.

No segundo momento, houve a problematização dos quatro conceitos expostos em um cartaz produzido pelo grupo de pesquisa, posteriormente, fizemos a leitura coletiva do texto: ‘A escola é’ de Paulo Freire fazendo a correlação com os conceitos trabalhados. No terceiro momento, efetuamos a dinâmica do pirulito: “Auxílio mútuo” com o objetivo de instigá-los a uma reflexão acerca da importância do próximo em nossa vida. A reação dos alunos foi de concordância de que não se pode viver sem a ajuda do outro.

A segunda oficina abordou sobre o continente africano com o objetivo de desconstruir a visão estereotipada transmitida pela mídia e conhecer as riquezas existentes na África. Foi um momento de grande surpresa para os estudantes e professoras que na sondagem dos conhecimentos prévios só apresentaram aspectos negativos da África.

A terceira oficina tratou do trabalho escravo africano, tendo como objetivo geral discutir sobre as condições de trabalho dos escravizados e sua luta pela liberdade, a resistência negra. No primeiro momento, retomamos o assunto anterior, em seguida, contamos a história de um guerreiro através do cordel “O Quilombo de Manoel Congo”. Como forma de identificarmos a compreensão dos alunos acerca da história contada, dividimos a turma em grupos e pedimos que contassem o que entenderam da história, através de: paródia, poesia, dramatização e desenhos. Neste sentido, pudemos concluir que todos os grupos foram criativos no momento da apresentação.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados constatou-se que os alunos do 4º e do 5º anos do Ensino Fundamental que durante a "intervenção pedagógica" (oficina), não tinham o conhecimento sobre os conceitos de: diversidade, preconceito, racismo, discriminação, escravidão e resistência negra, bem como, das belezas contidas na África. Alguns estudantes faziam uma confusão para distinguir e diferenciar o termo diversidade de diversão, o que nos possibilitou de trabalhar essa ideia equivocada que eles traziam. Neste sentido buscamos realizar oficinas que favoreciam a interação no grupo de professoras e de alunos e destes com as pesquisadoras, bem como, foram utilizados recursos que favorecessem a criatividade, a produção de cartazes, desenhos, a leitura de textos a escrita de frases ou pequenos textos.

Constatamos uma grande surpresa sobre o continente africano, pois desconheciam as belezas contidas no mesmo, visto que, o conhecimento acerca da África era de um continente pobre onde se representava a miséria, a pobreza, a fome e todo tipo de desigualdade social que assolava esse continente, além da ideia de que a África era um país, uma visão distorcida e equivocada muitas vezes presente nos livros e meios midiáticos. Isto só demonstra o quanto as temáticas africana e afro-brasileira precisam de um olhar mais atento, pois entendemos que a lei 10.639/2003 está em vigor há mais de 13 anos, no entanto, muitas educadoras não têm conhecimento desses conteúdos e necessitam de formação continuada para atingir a proposta da lei.

Percebendo essa necessidade, a professora Margareth Maria de Melo coordenadora da pesquisa, realizou uma formação com as professoras no mesmo horário que as crianças estavam com as pesquisadoras voluntárias. A constatação de que os professores atualmente precisam de uma formação continuada se deu em pesquisas anteriores e é resultado de uma formação acadêmica que não tratou esse tema. A formação continuada é um direito do/a professor/a garantido na LDB/1996 (SAVIANI, 1997). Cabem as Secretarias de Educação em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) e o Movimento Negro proporcionarem cursos de formação continuada para o corpo docente. Segundo as professoras, foi muito rica em informação a atividade que elas participaram favorecendo que estas se preparassem melhor para as aulas e desenvolvimento da temática africana e afro-brasileira.

Por meio dos debates entre as pesquisadoras e alunos, ocorreram esclarecimentos de questões referentes à resistência e à cultura do negro no período do cativo, a luta por abolição e o pós-abolição as reivindicações por direitos, reconhecimento e cidadania. Antes das discussões





acerca dos conteúdos os alunos tinham uma visão do negro enquanto indivíduo passivo que se subordinava a todo tipo de trabalho subalterno e a agressões físicas.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006, p.70) “O escravo não era um ser passivo cuja obediência podia ser mantida exclusivamente através do chicote. Em suas lutas cotidianas, os escravos impuseram limites à dominação escravista e jamais se acomodaram”.

Percebe-se que o negro escravizado lutou pela sua liberdade, resistindo a todo tipo de humilhação imposta pelos seus dominadores, não ficando apático diante dos fatos, pois sabemos que sua liberdade foi resultado de lutas e conquistas.

No entanto, alguns livros didáticos e professoras apresentam a abolição como tendo sido dada ao negro pelo branco e não como uma conquista, resultado de muitas lutas e reivindicações do movimento negro, que antes mesmo de formalizar-se já atuava de forma indireta por meio de revoltas nas senzalas, casas grandes e engenhos, como também na criação de quilombos que lhes serviam como abrigo e lugar de refúgio, nos quais tinham a liberdade de reviverem sua cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da vivência do cotidiano da sala de aula pudemos constatar que as experiências de oficinas nas escolas, tem nos servido como base para a construção da nossa formação acadêmica como também revelou a necessidade de estudarmos e aprofundarmos nos conteúdos referentes à temática em questão para um melhor desempenho profissional e ao combate do racismo ainda presente nos cotidianos do ambiente escolar.

Nesse sentido, percebemos que devido à falta de tratamento da temática africana e afro-brasileira durante a graduação das educadoras das turmas de 4º e 5º anos, práticas discriminatórias têm sido reproduzidas no contexto da escola, sem que houvesse a percepção e atenção das mesmas. Logo, entende-se que uma das formas de combatê-las é propiciando na sala de aula discussões que promovam a reflexão acerca da necessidade do respeito ao outro, entendendo que todos estão inter-relacionados e que são produtores e produtos uns dos outros.

Sendo assim, para que essas discussões aconteçam há a necessidade de uma formação que dê suporte aos graduandos do Curso de Pedagogia, logo, é na graduação que deverá acontecer debates, discussões e estudo da temática africana e afro-brasileira. Porém, simultaneamente, a universidade em parceria com as Secretarias de Educação dos municípios devem promover formação continuada para docentes em serviço. Como foi dito anteriormente estes/as docentes não tiveram oportunidade de conhecer essa temática precisam se apropriar destes conteúdos para em



sala de aula desenvolver uma nova prática que desconstrua a visão negativa sobre o povo negro e combata todas as formas de discriminação e preconceito étnico-racial.

Por fim, esperamos que esta experiência contribuísse para a identificação do racismo presente nos cotidianos escolares. Como também, para a discussão da temática numa perspectiva de integração pesquisa, extensão e ensino com a questão afro-brasileira permitindo que professoras, alunos/as e pesquisadoras se sentissem sujeitos da história, colaborando com a formação de professoras sensíveis ao racismo presente nas redes de relações dos cotidianos escolares.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In. OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**: sobre redes de saberes. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.15-38

BORGES, Maria Aparecida Quadros; BRAGA, Jezuino Lúcio Mendes. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental**. Revista On-line. Unileste – MG. 2004. Vol. 1. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/01/sumario.html>>. Acesso em: 22/10/2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história. Brasília: MEC / SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. MEC / SEF, 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília-DF. 2004.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. 2001^[M7]. Disponível em:<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso: 03/10/2016.

FERRAÇO, Carlos E. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In. OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**: sobre redes de saberes. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.101-117.

OLIVEIRA, Luíz Fernandes. **História da África e dos Africanos na Escola**. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio/FAPERJ, 2012.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB



SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

ZAMBONI, Ernesta. 2001. **História Integrada é um eufemismo.** Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, São Paulo, ano. I, n.1, março/2001.

ZUCCHI, Bianca Bargalho. **O Ensino de história nos anos iniciais do ensino Fundamental.** Teorias conceitos e usos de fontes, S. Paulo: 1º edições, SM. 2012

